

AS RAÍZES COLONIALISTAS DO PROJETO DE PATRIMÔNIO MUNDIAL DE MBANZA KONGO

Bruno Pastre MÁXIMO¹

RESUMO: Este artigo busca analisar os diferentes projetos sobre o patrimônio arqueológico de Mbanza Kongo feitos pelo governo de Angola, desde a independência em 1975 até o recente de tornar a cidade Patrimônio Mundial da UNESCO. No pós-independência, a narrativa sobre a cidade de Mbanza Kongo e o Reino do Kongo, em um primeiro momento, buscava se contrapor à visão colonial e desqualificar outras narrativas tradicionais kongo sobre a importância da tradição, classificando-as como ultrapassadas e aliadas com o colonialismo. Em meados dos anos 1980, seguindo até os dias de hoje, houve uma mudança radical na interpretação do governo sobre a cidade de Mbanza Kongo, que passou a ser valorizada pelo contato com os europeus, e com eles a incorporação do ensino, do catolicismo e das construções e etc. É esta narrativa, que retoma a narrativa colonial, a sustentada no atual projeto de tornar a cidade patrimônio mundial da UNESCO.

PALAVRAS-CHAVE: Mbanza Kongo – Angola. Patrimônio Mundial. Arqueologia da África.

Introdução

Neste artigo apresentaremos as transformações da narrativa histórica na cidade de Mbanza Kongo pelo Estado de Angola, ou pelo partido que o governa desde a independência, o Movimento pela Libertação de Angola (MPLA).

¹ Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnografia da Universidade de São Paulo. Técnico de Laboratório de Arqueologia na Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Email: pastrebruno@gmail.com

É importante ressaltar que a cidade, desde meados dos anos 1950, foi alvo de diversos estudos coloniais, que levaram a sua classificação como Monumento Nacional português em 1957. Dentro do colonialismo português, a então colônia de Angola ocupou um papel de destaque, sendo a mais rica colônia, e com a maior presença de metropolitanos. E do longo processo de colonização da região, poucos lugares simbolizaram tanto a epopeia colonialista que a cidade de São Salvador do Congo, atual Mbanza Kongo. E com o objetivo de cristalizar este passado, que o governo colonial iniciou o projeto de monumentalização da cidade. O projeto foi conduzido pelo arquiteto Fernando Batalha, que analisou os vestígios materiais da cidade e inclusive realizou escavações arqueológicas nas ruínas da antiga igreja, nomeada Sé Catedral. Analisamos em outro espaço com profundidade esta narrativa colonial (MÁXIMO, 2017). O decreto de tombamento da cidade e a publicação do autor (BATALHA, 2008, p.12) sumarizam as intenções de memória do estado colonial português com relação ao local:

As antigas ruínas da Sé de S. Salvador do Congo, que, como ruínas se encontram em razoável estado de conservação, merecem ser defendidas e valorizadas, por se tratar de um monumento de alto significado histórico e religioso a que está ligado a fundação do primeiro Bispado de S. Salvador no Congo, em 1596, por Bula do Papa Clemente XIII, e ainda, porque, naquele local teria sido levantada, antes, pelos portugueses, a primeira Igreja ao Sul do Equador. Conservando a estrutura geral da planta com a Capela-mór e arco Triunfal, frestas e demais elementos com salientadas características das construções dos fins do nosso século XVI, deve considerar-se como um evidenciado padrão da nossa ação civilizadora.²

S. Salvador é uma terra singular no fluir da história da Humanidade. Foi o primeiro centro urbano do hemisfério sul trazido à luz da cultura ocidental e foi também a primeira povoação a sul do equador a receber a luz do cristianismo e da civilização católica.

A cidade era vista como trunfo da presença portuguesa em África, um local em que houve um projeto civilizatório que marcou as glórias coloniais portuguesas, com a submissão do Reino do Kongo à coroa portuguesa. Foi este legado,

² RUÍNA da Igreja de S. Salvador (Sé), 1961. Sem autoria, no entanto, possivelmente obra de Fernando Batalha. Entrada no AHU: PT- IPAD-MU-DGOPC-DSUH-1992-01479.

de uma cidade portuguesa e católica que o governo de Angola independente recebeu dos colonialistas enquanto projeto patrimonial.

Ao conquistar a independência, o MPLA recebeu este “legado” de pesquisas, e, seguindo a ideologia do partido, decidiu inverter a narrativa.

Figura 1 – O lugar Kulumbimbi, compreendendo as ruínas atribuídas a antiga Sé Catedral de São Salvador do Congo e os túmulos de alguns reis do Kongo. Mbanza Kongo, 09/09/2014



Fonte: Elaboração própria.

A História do Reino do Kongo é a da luta do seu povo contra a opressão (1975-1992):

Conhecer a História de Angola é conhecer a vida dos povos de Angola, as suas lutas pelo progresso, a sua luta contra o domínio estrangeiro. É conhecer como se formou a grande pátria Angola. (CENTRO DE ESTUDOS ANGOLANO, 1975, p.5).

O Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) foi um dos três principais grupos políticos que lutaram ferozmente contra o colonialismo português. Com um programa político socialista, e com apoio e respaldo da URSS, o grupo liderado por Agostinho Neto, através de guerra enfrentou os colonialistas, primeiramente, e após a independência, grupos políticos como

a Frente Nacionalista de Libertação de Angola (FNLA) e a União Total para Independência de Angola (UNITA). O Estado que surgiu após 11 de novembro de 1975 foi marcado por uma profunda influência soviética, se configurando em uma ditadura de partido único com uma economia socialista, e teve, desde o início, que enfrentar tanto a UNITA e o FNLA, como também os seus aliados, principalmente o exército do apartheid sul africano.

No campo da narrativa histórica, o (MPLA) iniciou sua versão da história do país através do crucial livro didático intitulado “História de Angola”. Escrito em 1965 em Argel (Argélia) pelo Centro de Estudos Africanos do MPLA, sob direção do escritor Henrique Abranches, este livro constituiu o primeiro esforço de uma história nacional de Angola não pautado na ideologia colonial portuguesa. Importantes quadros do governo nacional (Pepetela chegou a ser Ministro da Educação), eles refletiram em seus escritos a ideologia do partido e a busca por estabelecer uma identidade nacional.

A pesquisa de conteúdo no estrangeiro era muito limitada, e o esforço dos autores (principalmente os escritores Pepetela e Henrique Abranches) foi grande, pois o material disponível para consulta era quase exclusivamente publicado pelo regime colonial português. O importante, neste primeiro momento, ainda em uma fase de luta anticolonial, era mostrar que existia uma outra versão para a história de Angola, pautada em métodos científicos, que mostrasse a presença portuguesa como invasora e opressora.

No livro, a História de Angola é, em geral, apresentada como uma série de resistências coloniais, desde as primeiras no período pré-colonial até o início da guerra de libertação. Para a nossa pesquisa, tomamos a História de Angola como fonte principal, associado com outros do mesmo período. Estes introduzem quatro posições que são chaves para entendermos o papel de Mbanza Kongo dentro da narrativa histórica do MPLA neste período.

Um povo e uma só nação - o repúdio as identidades e autoridades regionais

Em outro espaço (MÁXIMO, 2017) analisamos com profundidade como se consolidou o processo de surgimento dos partidos nacionalistas kongo, a União dos Povos de Angola (UPA) e a NGWIZAKO (em kikongo, entendimento) calcados em questões étnicas, de valorização da cultura kongo e de um possível restauração da monarquia kongo com centro em Mbanza Kongo. Estes grupos buscaram uma profunda vinculação com a cidade histórica de Mbanza

Kongo, que representava a materialização do poder tradicional kongo e lugar central de mando político, entre outras coisas (MÁXIMO, 2017). A UPA foi, e o seu sucessor Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) ainda é, um partido majoritariamente composto por bakongos³, e este fato a fez sofrer muitas críticas, atreladas a classificação de “tribalista” (termo pejorativo da época cunhado para acusar o inimigo de favorecer e valorizar um determinado grupo étnico). O MPLA buscava de toda forma se consolidar como um partido que representasse o povo, as massas, sem distinção étnica, em clara oposição à UPA/NGWIZAKO.

A unidade da nação, segundo o MPLA, deveria ser a de classe, a partir da experiência colonizadora. Anterior a ela, havia a divisão do território em diversos povos, “O Povo Angolano de hoje forma um só Povo, mas isso não foi sempre assim. Houve tempo em que o território angolano de hoje era habitado por vários povos diferentes; às vezes esses povos eram mesmo inimigos uns dos outros.” (CENTRO DE ESTUDOS ANGOLANO, 1975, p.35). Esta perspectiva é chave para o partido entender o passado angolano: “O nacionalismo Angolano tem as suas raízes mais profundas nas lutas dos povos africanos contra o invasor colonialista. Essas lutas vêm de 1575, data em que Ngola Kiluanje travou os primeiros combates contra o português Novais.” (CENTRO DE ESTUDOS ANGOLANO, 1975, p.171). Foi a luta contra o colonizador, a resistência do povo a opressão que lentamente fez surgir o “nacionalismo Angolano”.

Em sentido oposto, o que separava o povo, segundo o MPLA, era o tribalismo. Ele era o responsável pela falta de união do povo contra o colonialista, que o permitiu se instalar em Angola, segundo a História de Angola (CENTRO DE ESTUDOS ANGOLANO, 1975, p.178):

A História de Angola desmistifica o tribalismo, quer dizer, mostra tudo que há de errado no tribalismo, mostra a sua natureza, mostra como o tribalismo só ajuda os colonialistas. A História de Angola desmistifica o racismo, o sectarismo, etc. [...] Mostra como só a unidade do povo, feita através da luta do povo, é capaz de conduzir o colonialismo a um estado cada vez mais apodrecido, até que cairá completamente.

³ O termo bakongo caracteriza um grupo étnico falante da língua bantu kikongo que vive na região da África centro-ocidental, próximos a foz do rio congo, e habitantes de Angola, República Democrática do Congo, República do Congo e Gabão. Possui como elemento central de sua identidade a ligação com o Reino do Kongo, marco histórico fundador do grupo étnico.

Na Angola independente não deveria existir identidade étnica ou regional, somente uma categoria era aceita: a de angolano. Neste ambiente, os livros analisados que se remetem a história de Angola incorporaram esta perspectiva. As ações do governo também iam ao encontro de suprimir o regional pelo nacional. O mesmo autor, Henrique Abranches, no livro *Culturas Regionais de Angola*, de 1979, fez uma crítica profunda às condições atrasadas destas culturas: “As culturas regionais angolanas trazem consigo elementos das fases históricas hoje ultrapassadas, elementos que funcionam por vezes como alienações capazes de oferecerem resistência àquela objectivação que propusemos em outra ocasião.” (ABRANCHES, 1979, p.5).

O atraso era devido ao colonialismo, que não permitia, segundo (ABRANCHES, 1979, p.27),

[...] uma libertação total dos elementos progressistas da cultura, refreados até agora pela herança deixada pelo opressor em vias de eliminação, e também pela herança de séculos de atraso histórico que não sendo dominante, parasitam residualmente nas relações sociais do nosso povo.

O MPLA, com o socialismo, estaria ultrapassando a etapa do atraso do capitalismo colonialista rumo ao progresso do socialismo científico. O nacionalismo étnico era visto como um perigo, pois colocava em causa a unidade em torno da classe social, e mesmo estrapalando o nacionalismo enquanto uma bandeira política, a própria cultura regional era entendida como um perigo.

Em um pensamento de oposição, aqueles que não aceitavam a cultura nacional angolana, estavam “[...] incluídos nas forças que resistem contra o progresso nacional de progresso cultural. São portanto elementos perigosos, capazes desempenhar um papel reaccionário.” (ABRANCHES, 1979, p.6). O combate se dava fisicamente pela eliminação ou expulsão de “traidores”, através da propaganda pelos meios de comunicação, e claro, através das (poucas) escolas.

A tradição africana representava, aos olhos do Estado, um atraso, pois era visto como incompatível, e sendo inclusivepositor na adesão às fileiras revolucionárias do MPLA, que deveria ser substituída pelo progresso do socialismo científico. As frentes de combate se deram na crítica a um dos componentes centrais da tradição, o que no ocidente se separa e nomeia como religião, ou de forma mais pejorativa, o “feiticismo”.

Abranches publicou um pequeno ensaio sobre o tema, chamado *Sobre o Feiticismo*, de 1978. Neste texto ele aponta o feiticismo como um “[...] freio

eficaz contra a Revolução Cultural e ideológica de que o nosso povo necessita para atingir os objetivos a que se propõe.” (ABRANCHES, 1978, p.29). Ele o define como sendo “[...] o recurso por meios propiciatórios e portanto místicos, às forças da Natureza, para à resolução de problemas humanos, geralmente sociais, sendo que essas forças tomam a proporção e as características de seres pensantes, com vontade própria.” (ABRANCHES, 1978, p.5).

O feiticismo, para o autor, é um freio para o desenvolvimento do Estado. Ele é tachado com todas as letras como sendo algo primitivo, bárbaro, não sendo mais aceito no novo Estado Angolano. O feiticismo é o responsável direto pela sustentação da opressão de classe no seio da cultura angolana, ou seja, na opressão da elite tradicional ao povo, de acordo com (ABRANCHES, 1978, p.11):

Finalmente não podemos deixar de referir a importância que atingiu aqui e acolá o culto dos antepassados ou, mais concretamente, o culto funerário. Essa importância, esse desenvolvimento deu lugar à escola artística dos *mintadi* do Reino do Kongo, estátuas ou estatuetas de pedra dedicadas à preservação da memória e da influência dos mortos sobre os vivos. Mas quais mortos? Aqueles que já em vida asseguravam essa influência; aqueles que deixam descendentes necessitam de todos os meios de persuasão ou mesmo de coerção sobre as grandes massas: numa palavra, a aristocracia.

O culto aos antepassados, algo essencial entre os povos de Angola – e entre os Kongo – foi criticado e classificado como alienação do povo. A partir deste pensamento, as autoridades tradicionais que governaram a região que se tornou Angola, nada mais fizeram que enganar e oprimir o povo. Mais que isso, pois segundo o MPLA, as autoridades tradicionais foram as responsáveis pela penetração do colonialismo, ao fomentarem a divisão e o obscurantismo da tradição, ao contrário do povo, que sempre se revoltou, mas que nunca possuiu organização e liderança capaz de fazer a revolução (ou seja, faltava a existência da vanguarda revolucionária do MPLA). “A História de Angola mostra como as antigas organizações monárquicas e atrasadas não podiam lutar definitiva contra o colonialismo poderoso.” (CENTRO DE ESTUDOS ANGOLANO, 1975, p.178).

Este pensamento buscava confrontar e deslegitimar a UPA e a NGWIZAKO, classificadas pelo partido como atrasadas e apegadas ao passado:

No Norte de Angola, as massas populares organizar-se também. [...] Apareceram organizações ainda tribais, resultado da luta contra a realeza, no Congo angolano, e contra o apoio que essa realeza dava aos colonialistas. [...] Desenvolveram-se movimentos populares para tentarem a deposição de D. Antônio, mas as autoridades portuguesas reprimiram essa actividade. [...] Mas estas organizações ou eram ainda movimentos tribais ou estavam dominadas por tendências reformistas. [...] Onde apareciam estes movimentos havia ainda contradições atrasadas, restos da antiga resistência, que se revelavam mais poderosos do que a pouca actividade panfletária dos verdadeiros partidos. Na verdade, o único partido que oferecia condições para desenvolver uma actividade de carácter nacional era o MPLA [...] (CENTRO DE ESTUDOS ANGOLANO, 1975, p.174).

Assim, podemos entender que neste momento pré e pós-independência, a narrativa do MPLA sobre o presente era de: 1- valorizar o nacional, entendido aqui como a resistência colonial e a aceitação do programa do MPLA; 2 - classificação da tradição (cultura regional) como algo atrasado e ultrapassado frente ao progresso do socialismo-científico; 3 - confronto contra a “religião” tradicional (feiticismo), que era entendida como um “freio” contra o progresso do MPLA; 4 - desvalorização das autoridades tradicionais, entendidas como opressoras do povo, das massas. A partir daí, veremos que as questões contemporâneas moldaram a forma como é construída a narrativa histórica sobre o Reino do Kongo. Era uma narrativa oposta às da UPNA e da NGWIZAKO, que de certa forma defendiam uma saída através da conciliação da tradição com a emancipação política através da revitalização da autoridade tradicional do Rei do Kongo (MÁXIMO, 2017).

A Mbanza Kongo das contradições atrasadas: centro da opressão tradicional e colonial

Como principais fontes neste período, tomamos o livro *História de Angola* já citado, e a peça teatral histórica “*Revolta da Casa dos Ídolos*”, do autor Pepetela. A peça, escrita em 1978, faz a reconstituição de uma suposta revolta ocorrida no Reino do Kongo no começo do século XVI, no reinado de Afonso I (Mvemba-a-nzinga).

O texto é uma alegoria do passado com o presente político do país, e se refere muito mais às questões envolvidas com o poder na política do momento

de escrita do que de fato um texto resultado de pesquisa e reconstrução histórica. O autor escolheu o período do Reino do Kongo para ambientar sua trama, o que nos possibilita saber, de forma bastante clara, como a intelectualidade do MPLA por ele representado olhava para o passado, e em especialmente no nosso caso, o Reino do Kongo.

A peça conta a história de uma revolta ocorrida no Kongo em decorrência das políticas do Rei D. Afonso I de se converter ao catolicismo e então destruir os chamados ídolos (nkisi) do povo, o que causou uma revolta. Existem dois protótipos de revoltosos. O primeiro é o da aristocracia decadente de poder devido à penetração portuguesa e do catolicismo, que viram diminuir seus poderes calcados na tradição (alegoria a UPA/NGWIZAKO). Eles, representados pelo Mani Vunda⁴ e o Mani Muxuebata, tramam matar D. Afonso I e eleger um novo monarca para restaurar a ordem tradicional.

O segundo é composto pelos jovens Nanga e Masala (alegoria ao MPLA), que defendem uma revolta popular, não só para matar D. Afonso I e consequentemente expulsar os portugueses, mas também acabar com a opressão da aristocracia, representada pela imposição da escravidão e a cobrança de impostos, criando um governo popular. O povo, representado pelo conservador e tradicionalista Nimi, entre outros menos significantes, aparece como o verdadeiro agente de transformação, e deve ser conduzido por um dos dois protótipos. Vamos tentar criar uma unicidade da narrativa do Reino do Kongo a partir destas duas fontes. Mani Vunda e Naga personificam o papel da luta de classes que, na cartilha do MPLA, era ancestral no Reino do Kongo. No caso da aristocracia contra o povo. Este pensamento é alinhado com o manifesto do Partido Comunista, de Marx e Engels.

O reino do Kongo, analisado sob cunho do marxismo do MPLA, teria sua origem, segundo Abranches, no outro lado do rio zaire, tendo o povo bakongo invadido a região do norte de Angola. O autor descreve o processo de surgimento do Reino:

Através de contratos matrimoniais e, sobretudo, de uma aliança entre a camada hegemônica ou hierarquicamente superior BAKONGO (os MANI),

⁴ Mani Vunda é um personagem histórico na tradição Kongo, considerado como representante do divino, e controlador dos espíritos e da ritualística religiosa. Em diversas narrativas colhidas em pesquisa de campo, era considerado o responsável pela coroação do monarca kongo. Já o Mani Muxuebata não possui referência na historiografia e da documentação pesquisada, servindo como um genérico da função do Mani, título de poder e governança dentro do reino do Kongo.

aliança política, religiosa e militar, surge na sociedade congoleza uma verdadeira classe dominante com um poder central – O NTOTILA, o rei –, uma estrutura estatal, ainda insegura, um exército e um certo nível de consumo de escravos, e também um “Standing” de vida completamente diferenciado do resto da população, à custa da exploração do trabalho do escravo e do sobre-trabalho de toda a sociedade. A capital MBANZA KONGO, tem então perto de 100 mil habitantes, e o NTOTILA aparece rodeado de uma poderosa estrutura de artesãos cujo produto praticamente lhe pertence. [...]. A partir deste momento estão criadas bases suficientemente desenvolvidas para o nascimento de uma nova arte, de uma nova cultura, de uma nova religião, de uma nova legislação enfim, todas favoráveis à classe dominante, todas defendendo o princípio de grandeza (ou mesmo da divindade) do rei e dos nobres, todas protegendo e afirmando os interesses da classe. (ABRANCHES, 1979, p.19-20).

Através da rica produção, havia excedentes que eram trocados e pagos em impostos a classe dirigente, a aristocracia, criando duas classes, uma de ricos e outra de pobres. “A sociedade congoleza estava dividida em duas grandes classes: o povo e a aristocracia. Essas classes às vezes eram antagônicas, quer dizer, inimigas uma da outra, lutando uma contra a outra.” (CENTRO DE ESTUDOS ANGOLANO, 1975, p.46).

No pensamento de Abranches, valorizar a autoridade do Rei do Kongo era legitimar a opressão de classe da elite contra o povo. Permitir a existência de um monarca era aceitar esta opressão tradicional. Impossível não fazer um paralelo entre este pensamento e o projeto político proposto pelos grupos rivais UPNA/ABAKO/NGWIZAKO. Pepetela compartilhava desta mesma perspectiva. No texto, a aristocracia aparece como sendo privilegiada e que queria acima de tudo manter a exploração do povo. Nas palavras de Nanga, o jovem revolucionário (alegoria ao MPLA), “É com esses costumes antigos que temos sido sempre enganados. O rei faz o que quer, mas como é Rei temos de o respeitar. Os manis carregam cada vez mais nos tributos, mas como são manis temos de os respeitar.” (PEPETELA, 1980, p.80).

Segundo os jovens “revolucionários do MPLA”, a solução para lidar com este problema do Rei do Kongo, nas palavras de Nanga: “Acho que era importante se o povo agisse sem os manis, para ver que pode fazer coisas sem eles.”, complementando Masala, “Ai chegaria à conclusão que os manis não servem para nada.” (PEPETELA, 1980, p.82).

A chegada dos portugueses marcou o começo da decadência e da destruição do reino. Nas palavras de Nimi, “O que os brancos queriam era sobretudo homens para levarem para a terra deles, Portugal.” (PEPETELA, 1980, p.18). A retórica anticolonial procurou de toda forma refutar qualquer elemento português no reino do Kongo como sendo positivo. Os portugueses eram colocados como os responsáveis pela perpetuação da opressão, aliados com as autoridades do Reino do Kongo, e principalmente com o Rei do Kongo:

O rei Nzinga a Nkuvu [D. João I] deixou-se baptizar por conveniência. Ele pensava que a religião católica podia ajudar a conter o Povo Revolucionário. Compreendeu também que os portugueses com os seus canhões eram uma grande força. Essa força posta ao serviço dos Manis contra as revoluções do Povo e contra os países vizinhos. (CENTRO DE ESTUDOS ANGOLANO, 1975, p.50).

A religião católica era um dos elos de ligação entre eles, uma estratégia de domínio das massas. Comentando sobre a destruição dos ídolos (nkisi), Mani Vunda afirmou,

Queimaram a casa em que encerravam todas as nossas tradições, todo o saber do nosso povo. É uma ofensa enorme. Nunca pensei que este Rei chegasse a tal ponto. Vendido completamente às ideias dos estrangeiros. Até as crenças dos seus antepassados traiu e provoca o povo. (PEPETELA, 1980, p.107).

O catolicismo foi tratado por Abranches como uma religião imposta pelo rei D. Afonso, que perseguia os opositores sem apoio popular “O Povo não queria a religião católica. O Povo tinha a sua religião, que era a religião Animista. [...] Os animistas eram mortos na fogueira. Eram queimados vivos. [...] D. Afonso não tinha o apoio do Povo. D. Afonso fez aumentar o negócio da escravatura que os portugueses faziam no Congo.” (CENTRO DE ESTUDOS ANGOLANO, 1975, p.51).

Desta forma, a construção de igrejas foi citada neste contexto como consequência da penetração portuguesa na região, e parte da estratégia colonialista. A igreja era o símbolo do colonialismo. Recebidas como “presentes” dos portugueses ao rei do Kongo, conta Nimi, “Os presentes eram uns pedreiros para fazerem um palácio para o Rei, e uma Igreja. E padres.” (PEPETELA, 1980, p.18),

durante o conflito existente entre a aristocracia e os jovens revolucionários, a destruição da igreja era um dos objetivos a serem alcançados com a revolta, “Muito mais gente vai vir. Está tudo raivoso contra o Rei. Até já quiserem ir queimar a igreja.” respondeu Masala, “É uma boa ideia. Depois do que temos a fazer, podemos também queimar a igreja.” (PEPETELA, 1980, p.128). Todavia, não é somente as igrejas que deveriam se destruídas, mas também a própria “religião” do Kongo.

Pepetela deixou isto muito claro nas palavras do jovem Nanga, que tratava o catolicismo da mesma forma que a “religião” tradicional, ou seja, um freio ao progresso. Ele afirmou que os “Os espíritos devem seguir os interesses do povo. Os antepassados olham-nos apenas e devem ficar contentes se os interesses do povo estão a ser cumpridos.” (PEPETELA, 1980, p.121), complementando, “E amanhã será o povo que guiará os destinos do Kongo. Nunca os espíritos, que esses pertencem ao passado.” (PEPETELA, 1980, p.122). Respondendo a um padre português ele acusa:

Queimaram os amuletos para que o povo pensasse que vocês tinham medo dos amuletos. Estavam a desviar as atenções. Acreditar nesses feitiços ou nos vossos [da religião católica], era sempre a mesma coisa, era sempre acreditar naquilo que estava fora deste mundo. O que vossos interessa é desviar a atenção do que se passa aqui, no Kongo, ao lado do rio, debaixo das árvores. E isso significa o povo perceber o seu sofrimento e a causa do seu sofrimento. Agora já compreendemos. Chifre ou cruz é a mesma coisa, nenhum dos dois muda o que se passa aqui no Kongo. O que pode provocar a mudança é o desejo das pessoas. És um feiticeiro de segunda ordem, padre e foste descoberto. Sabemos que temos de mudar tudo aqui, no Kongo, e não é com cruzeiros, nem chifres, nem água benta. (PEPETELA, 1980, p.138).

Podemos ver que na narrativa sobre o Reino do Kongo de Abranches e Pepetela, os quatro elementos apontados sobre a concepção de história do MPLA (valorizar o nacional; tradição como ultrapassado; negação das religiões; desvalorização das autoridades tradicionais) estão presentes.

E agora vamos a nossa pergunta: qual é o papel de Mbanza Kongo para o MPLA? A cidade representava a antítese do projeto tradicionalista da UPA/NGWIZAKO. Ela era o local da presença material da opressão tradicional e colonial. A ruína da igreja representava a alienação do povo pela religião católica,

a violenta presença colonial portuguesa. O cemitério representava o obscurantismo e atraso do feiticismo que venerava os antepassados ao invés do progresso do socialismo científico. E por fim, o Rei do Kongo era o representante máximo da traição ao seu povo, da sua aliança com os portugueses por um benefício de classe, por explorar cruelmente o seu povo para manter o seu *status* e riquezas aristocráticas. A cidade, pela sua importância na paisagem kongo representava as forças nacionalistas bakongo rivais.

Pudemos ver como na altura o Estado Angolano estava se consolidando em oposição ao legado colonial, e o discurso do MPLA de rejeição do passado português era o dominante. Para os autores ligados ao Estado, era o momento de valorizar a História Nacional, e a arqueologia deveria buscar elementos que unissem as diferentes etnias de Angola e ajudassem a criar a identidade nacional através de um passado unificado (MÁXIMO, 2013).

A mudança do MPLA durante os anos 80 – aproximação com a narrativa colonial

De Mbanza Kongo, a capital do Reino do Congo, com os seus cem mil habitantes ou mais, não restam senão os monumentos coloniais. (ABRANCHES, 1983, p.115).

Podemos marcar o ponto de virada da concepção do Reino do Kongo do governo do MPLA no ano de 1988. De uma visão crítica e repulsora, para a assimilação, e para a nossa surpresa, uma aproximação com os valores da narrativa colonial portuguesa. Neste ano, durante os dias 19 e 25 de novembro, aconteceu em Luanda uma Mesa Redonda Internacional sobre a Área Cultural Kongo/Teke.

Este evento, segundo publicação, reuniu oitenta pessoas em três comissões, com as seguintes finalidades: 1-Delimitação e conhecimento da área cultural Kongo/Teke; 2- Pesquisas e fatores culturais do desenvolvimento; 3- Reflexão sobre o desenvolvimento da inteligência e criatividade a partir das realidades socioculturais. Foram colocados planos de trabalhos que incluíam pesquisas históricas, antropológicas e arqueológicas na região. A comissão, ao fim, fez as seguintes recomendações:

- Apoiar uma campanha internacional em vista da declaração de Mbanza Kongo, antiga capital do Reino do Kongo, Patrimônio Cultural da Humanidade;
- Priorizar as escavações arqueológicas nos sítios fundamentais
- Orientar as investigações nessa direção para melhor entender a profundidade histórica da região;
- Estimular e facilitar a cooperação entre diferentes pesquisadores interessados na área Kongo / Teke;
- Por fim, considerando os riscos de destruição do patrimônio arqueológico e histórico, na esteira de grandes operações de desenvolvimento e de mineração, a mesa-redonda recomenda ao Estado da área cultural Kongo / Teke uma percentagem de cifra de 0,01% dos negócios sejam dedutível dos impostos das empresas envolvidas na pesquisa e preservação de locais e monumentos. (TABLE..., 1988, p.44).

No ano seguinte, na mesma revista, foi publicada pelo principal mentor do projeto, na parte arqueológica, o angolano Emmanuel Esteves, uma comunicação chamada *Mbanza Kongo, Ville Archeologique*. Neste período ele já se encontrava ligado ao governo angolano, no Centro Nacional de Documentação e Investigação Histórica. Sua comunicação está dividida em três partes. Na primeira, ele expôs os motivos da importância de Mbanza Kongo, na segunda ele faz um histórico das pesquisas arqueológicas do período colonial, e por fim uma conclusão.

Ele iniciou a narrativa explicando que informações sobre a fundação da cidade são nebulosas: “O período entre a fundação de Mbanza Koongo e o estabelecimento das Portuguêss nesta cidade é um período pouco conhecido. As fontes estão faltando.” (ESTEVES, 1989, p.159).

A mudança na cidade aconteceu devido ao intercambio cultural com os europeus, que através da política, cultura e religião, “[...] provocaram um desenvolvimento da cidade [...]” (ESTEVES, 1989, p.160). Assim, no século XVII, a cidade apresentava características de uma cidade da Idade Média, com muralhas e fortificações, e também de cidade colonial, com uma repartição em três áreas: o Bumbu (centro), o bairro europeu, e o bairro da aristocracia e do povo.

A narrativa do autor segue explicando os motivos da importância da cidade, e ele rompe com a visão marxista do MPLA, ao citar (ESTEVES, 1989,

p.160) importantes contribuições dos europeus para o desenvolvimento, como por exemplo a educação:

Como o centro de desenvolvimento intelectual Mbanza Koongo tinha escolas primárias e do sexo feminino (irmã do rei Nzinga Nvemba ensinou em uma das escolas) e centros de negócios. Os estudantes foram ensinados a gramática, o Português, Latim, história, filosofia, aritmética.

e principalmente a religião católica (ESTEVEES, 1989, p.160):

A influência do cristianismo foi sentida. Muitas congregações religiosas [...] se radicaram na capital Koongo. A influência religiosa se fez sentir também pelo número de igrejas que foram erguidas. Houve um total de doze [...]. Mbanza Koongo foi a primeira sede episcopal do Continente Africano (1597).

Ele apontou como os motivos da destruição da cidade o tráfico de escravos, a deterioração dos valores tradicionais, e as lutas pelo poder entre os principais clãs. Os vestígios materiais acabaram sendo destruídos pela natureza e homem, “[...] a exceção das ruínas da igreja da Sé (1517?, 1548?) e uma parede que protege o cemitério dos reis e nobres, tudo de antigo desapareceu.” (ESTEVEES, 1989, p.160). As iniciativas do autor com relação a patrimonialização da cidade iriam reverberar no estado Angolano durante as próximas duas décadas, guinado parte da política patrimonial do governo.

Mbanza Kongo: o encontro de culturas e a farsa colonial (1992-2016):

*Caros compatriotas, estimados amigos!
É com muita satisfação que regresso a esta histórica cidade de Mbanza-Congo, que, há mais de 500 anos, era já uma cidade desenvolvida, capital de um reino organizado, que abrangia um território muito para além das nossas actuais fronteiras. Neste local, tiveram lugar alguns dos primeiros contactos pacíficos e em pé de igualdade, entre as nossas populações e os europeus, que aqui construíram a primeira igreja, ao sul do Sahara, a Igreja Nkulumbimbi e muitas outras obras*

públicas, como palácios, escolas e tribunais, hoje desaparecidos ou em ruínas. (...) Discurso (21/08) do Pai da Nação [Presidente José Eduardo dos Santos] em comício massivo em Mbanza-Congo. (SANTOS, 2012).

O período compreendido pelo governo socialista do MPLA em Angola terminou em 1992, quando este aceitou, junto aos outros partidos, dar uma trégua na sangrenta guerra civil e fazer a transição do Estado de partido único para uma democracia representativa. O MPLA, no seu 3º congresso em 1990 decidiu também abandonar o socialismo para adotar o capitalismo de livre mercado.

Depois de décadas de guerras e violência, Angola conheceu, pela primeira vez como um país independente, um período de paz que durou de maio de 1992 até julho de 1993, quando, após a divulgação da vitória do MPLA nas primeiras eleições para presidente, o partido UNITA não aceitou os resultados acusando-os de fraudulentos, e retomou a guerra. A guerra duraria até 2002, quando o líder da UNITA, Jonas Savimbi, foi morto, e o grupo decidiu abandonar de vez as armas para ser uma oposição partidária.

Neste meio tempo, um evento muito importante aconteceu na cidade de Mbanza Kongo, e que consideramos fundamental para a reorientação para a atual narrativa colonial sobre a cidade de Mbanza Kongo: a visita do Papa João Paulo II em 1992.

As pazes da Igreja Católica com Mbanza Kongo

O chefe do Vaticano visitou Angola, demonstrando a reaproximação do regime com a Igreja. Sua passagem em Mbanza Kongo foi curta, compreendendo uma missa nas ruínas da antiga Sé Catedral, mas foi suficiente para ficar no imaginário e consagrar a vinculação colonial do Kulumbimbi (nome em kikongo para o lugar que contém as ruínas da antiga Sé Catedral) como espaço católico (português). Vamos analisar o seu pronunciamento na data, chamado de “Apelo do Santo Padre durante a celebração da palavra na esplanada da Catedral de M’banza congo”:

Sinto uma emoção particular, como Pastor da Igreja universal, ao pisar estas terras de M’Banza Congo. É que aqui o cristianismo tem uma história cinco vezes centenária, uma tradição que mergulha nas sombras do pas-

sado e gestas que espantam pela audácia. [...] Nesta recordação da história, não podemos esquecer o nome de um grande rei, cuja memória o povo do Congo lembrou durante séculos: o rei Dom Afonso I, Mvémba-Nzinga, que foi naquele tempo o maior missionário do seu povo. E apraz-me recordar também as relações directas que o Reino do Congo procurou ter com a Santa Sé em Roma, enviando aí embaixadores que os meus antecessores acolheram com admiração e carinho. [...] Queridos angolanos, naquele ano de 1491, Jesus Cristo, na pessoa dos seus missionários, pediu e recebeu condigna hospedagem nestas terras acolhedoras do antigo Reino do Congo. O Papa apela a que a generosidade de que os vossos antepassados, há cinco séculos, deram provas com os primeiros missionários, seja hoje nobre distintivo do coração e mentalidade dos angolanos, face aos refugiados que começam a regressar ao país. [...] Amados irmãos e irmãs: Angola tem quinhentos anos de encontro de culturas, situação que a maioria dos povos de África não conhece. Isso faz de vosso país um povo distinto, que não se pode incluir simplesmente numa determinada corrente que arrasta os países da África Austral. Nuns, os colonizadores viveram entre os colonizados. Aqui, os colonizadores, apesar de tudo, conviveram com os povos que encontraram. Daí a diferença específica que distingue o povo angolano. (PAULO II, 1992).

Para o Papa, a história do cristianismo é contínua na região, resultado da audácia dos missionários. Estes são colocados como heróis, aqueles que não mediram sacrifícios frente as adversidades para conseguirem implantar a chama da fé católica e, portanto, devem ser valorizados por estas ações. Para além dos padres, o rei D. Afonso mereceu papel de destaque, alcançando a glória pela sua conversão. De um traidor do povo, segundo o “velho” MPLA, por se aliar aos portugueses para explorar e escravizar o seu povo, D. Afonso se tornou quase um santo, um exemplo de vida, deixando um legado através dos vestígios materiais, como as ruínas da Sé Catedral, nomeadas segundo os locais por Kulumbimbi.

Figura 2 – Papa João Paulo II visita Mbanza Kongo em 1992



Fonte: Francisco (2015).

As relações com o Vaticano são valorizadas e colocadas como um *status* único, mostrando o poderio do Reino. Jesus Cristo foi acolhido (não era invasor) no reino do Kongo. De todo o discurso, o seu final, quando citou que Angola é um encontro de culturas, é o que, ao nosso ver, mais influenciou a narrativa atual do projeto de patrimonialização de Mbanza Kongo para o governo. Sai o nacionalismo, o africanismo, a revolução, e entra o encontro de culturais como o ponto principal de valorização. A questão é que este encontro não é simétrico, os referenciais adotados são os dos ocidentais, e daí parte a comparação, dos costumes, educação, religião, métodos de construção.

No entanto, esta foi a narrativa definida, e foi a partir dela que o governo estruturou o seu programa de patrimonialização da cidade. Podemos observar isto na primeira tentativa de inscrição da cidade como Patrimônio Mundial da UNESCO, em 1996.

O sonho do Patrimônio Mundial em Mbanza Kongo: o retorno da valorização colonial

A iniciativa de Emmanuel Esteves para a nomeação de Mbanza Kongo como Patrimônio Mundial da UNESCO tornou-se um objetivo do (mesmo) governo até os dias de hoje. Em 1996, o governo angolano enviou à UNESCO um dossiê da candidatura da cidade como patrimônio da humanidade. Não tivemos acesso à documentação referente a esta tentativa de 1996. As informações existentes são as fornecidas pelo site da UNESCO:

M'banza Kongo era um centro político e administrativo muito importante, porque era a capital do muito antigo Reino do Kongo, que se expandiu de Angola para a atual República do Congo. O primeiro contacto português com o rei do Kongo aconteceu em 1490 e teve lugar na capital de M'banza Kongo, onde foi instalado a diocese de Angola e Congo. Na verdade, M'banza Kongo ainda contém um importante número de edificações ou evidências que pertence ao século XVI, tais como: As antigas ruínas da catedral, construída no mesmo local onde a primeira igreja no sul do Equador foi construído pelos portugueses anteriormente; A residência dos reis da Kongo, onde é hoje o Museu do reino do Congo; Os túmulos dos reis, e muitos outros edificações que são de um relatório extraordinário do mesmo pontos de vista políticos do passado e do histórico, cultural, arqueológico, religioso. A área histórica de M'banza Kongo, foi classificada em 1957, devido a sua grande importância para o patrimônio cultural angolano, para o Continente Africano, para a África Central, e mesmo a nível Mundial. É uma propriedade do Estado e a responsabilidade pela sua manutenção, conservação e administração cabe ao Ministério da Cultura, o governo da Província do Zaire e a Igreja Católica. (RUINS..., 1996).

Fica clara a valorização de dois elementos: 1- a centralização do Reino do Kongo (tendo como clara referência o que era centralizado para um Estado europeu); 2- a chegada dos portugueses e a instalação da religião católica, representada nos vestígios materiais. O projeto seguia uma linha tanto favorável de acordo com a narrativa católica (portuguesa) de Mbanza Kongo.

Observando no contexto de envio da candidatura, no mesmo ano de 1996, foram enviados outros dez lugares possíveis de serem nomeados pela UNESCO.

Neles, percebe-se claramente a orientação dos responsáveis pelas candidaturas por parte do Estado de Angola em valorizar e preservar o patrimônio de origem católica ou colonial, ou ambos. São eles:

- Igreja de Nossa Senhora da Conceição da Muxima
- Igreja de Nossa Senhora da Victoria
- Igreja de Nossa Senhora do Rosario
- Fortaleza de Kambambe
- Fortaleza de Massanganu
- Fortaleza de Muxima
- Fortaleza de S. Francisco do Penedo
- Fortaleza de S. Miguel
- Fortaleza de S. Pedro da Barra
- Pequeno Forte de Kikombo
- Ruínas de M'banza Kongo

Mesmo com uma narrativa favorável ao patrimônio colonial, a nomeação de 1996 não alcançou seu objetivo de tornar qualquer destes lugares patrimônio mundial da UNESCO.

O sonho de conseguir a nomeação permaneceria no seio de Estado Angolano, mas os interessados teriam que esperar mais dez anos, e já com a paz selada em 2002, para retomar as atividades. Em 2007, aconteceu o ponto inicial do atual projeto de nomeação da cidade de Mbanza Kongo. Durante os dias 17 e 22 de setembro, ocorreu uma mesa redonda internacional sobre Mbanza Kongo, chamada “Cidade a desenterrar para preservar o futuro”, sendo organizada pelo mesmo Emmanuel Esteves. O objetivo do evento, segundo o ministro da cultura da época, Boaventura Cardoso, expressa-se na seguinte transcrição:

A presente mesa redonda sobre Mbanza Kongo não é senão o prosseguimento da nossa campanha iniciada em 1988 com vista a reunir competências científicas, técnicas e financeiras que nos permitam executar este ambicioso projecto de propor a cidade de Mbanza Kongo, como potencial candidata à inscrição na lista do património da humanidade. Hoje estamos aqui para retomarmos a discussão e para que encontremos de facto as melhores vias e a melhor estratégia para atingirmos os nossos objectivos. (CARDOSO, 2007).

Com esta finalidade, foram convidados especialistas sobre a história do reino do Kongo de diversos países, e membros do governo e da UNESCO. Os resultados da mesa redonda foram sumarizados por Simão Souindoula:

- A inscrição do conjunto dos lugares de memória da antiga cidade do Rei Afonso I, Mvemba a Nzinga, na lista do património histórico da humanidade e a consideração do Kongo dya Ntotela, como uma das tradições imateriais, participantes no diálogo intercultural ao nível mundial;
- A promoção de Mbanza Kongo num pólo turístico. (SOUINDOULA, 2007).

Pela afirmação de Souindoula, a orientação de patrimonialização da cidade de Mbanza Kongo seguiria o recorte cronológico do “ápice” do reino, século XVI-XVII, com a sua centralização em torno do reinado de Afonso I, enfatizando o passado “católico” e “promovedor dos encontros culturais”. Nota-se, porém, que existia nos planos do governo também incorporar o que ele chama de tradição imaterial. Esta perspectiva seria muito interessante, e pressupunha a inclusão na construção do projeto segmentos muitos diversos, além dos cientistas e órgãos governamentais, como igrejas, anciãos, movimentos políticos nacionalistas, organizações comunitárias e etc. Se esta perspectiva existia no final de 2007, ela foi sepultada com a morte de Emmanuel Esteves (1945-2008) e a troca na liderança do Ministério da Cultura.

Esta nova tentativa também é marcada pela presença fundamental de cientistas sociais estrangeiros ligados a UNESCO, principalmente arqueólogos portugueses e historiadores norte-americanos, que apoiaram a iniciativa, e ajudaram, sem dúvidas a gestar as narrativas que iriam conduzir os trabalhos futuros. Apoiados por décadas de pesquisas sobre a história documental do reino do Kongo, estes agentes possuíam um caminho claro de patrimonialização, indo de encontro a diferentes interesses, incluindo a da diáspora, principalmente relacionados com o projeto Rota dos Escravos, da UNESCO.

Em 2008, assumiu a pasta do ministério a historiadora e ex-diretora do Arquivo Nacional de Angola, Rosa da Cruz e Silva, e a responsável pelo projeto “Mbanza Kongo: Cidade a desenterrar para preservar” passou a ser, em 2009, uma jovem arqueóloga angolana, Sônia Ludmila da Silva Domingos, recém doutorada em arqueologia.

Desde sua nomeação em 2009, até meados de 2015, aconteceram anualmente em Mbanza Kongo diversos tipos de pesquisas, incluindo escavações arqueológicas por ela comandada, com importante respaldo de estrangeiros. Estas pesquisas tiveram bastante repercussão na mídia oficial angolana, dando ampla cobertura e publicidade as ações.

Figura 3 – Trabalho Arqueológico em Mbanza Kongo



Fonte: Carlos (2014).

Em reportagens, podemos entender os objetivos e pensamentos de Sônia Domingos sobre o passado da cidade. Ao comentar o nome do projeto, ela destacou o papel importante da arqueologia: “[...] As escavações é que podem fornecer mais dados. Muito do que se sabe do Reino do Congo é baseado em tradições orais e registros literários. A UNESCO quer provas científicas, físicas, de que realmente o Reino teve todo aquele esplendor.” (PALAVRA, 2011).

Assim, o projeto parece orientado a fornecer dados para a UNESCO, dados estes entendidos como verossímeis, ou seja, científicos. A tradição oral e os registros literários são elementos a serem comprovados pela arqueologia, na fala da arqueóloga, como se fosse possível hierarquizar o conhecimento.

Outro ponto central a ser observado é a apresentação para a UNESCO de um Reino do Kongo no seu esplendor, ou seja, aquele ligado ao reinado de D. Afonso I, cristão católico, construidor de monumentos em pedra e principal responsável pelo “encontro de culturas”. Esta perspectiva de Sônia Domingos se

reflete em suas preocupações com relação a pesquisa arqueológica e estão diretamente relacionadas com a paisagem por ela vivenciada e compartilhada, como veremos abaixo.

Em suas declarações públicas, a autora entende como gerador de “dados científicos”, o estudo da ruínas da Sé do Congo, que, segundo a arqueóloga na mesma entrevista, são constituídas, em primeiro lugar, da “[...] primeira Sé Catedral erguida a sul do Saara, construída no séc. XVI, testemunha da presença portuguesa na região e da fé cristã.” (PALAVRA, 2011).

O valor das ruínas advém de seu pioneirismo católico na região e de sua inovação nos métodos de construção, segundo Domingos: “Um destes indicadores é o Kulumbimbi, a primeira igreja construída a sul do Saara, cuja construção é feita de pedra e xisto, semelhante à estrutura que apontamos como antigo palácio. O mesmo material usado na construção do Comando da Polícia.” (MAVINGA, 2013).

O segundo “dado científico” que destaca é o o lugar chamado em kicongo Tadi dia Bukikua, que teria sido outrora escavado pelo arquiteto Fernando Batalha no período colonial, e classificado por seus estudos como sendo vestígios de ruínas ligadas a igreja católica 9 ARROJA JÚNIOR, 1973). Na revisitação do sítio, Sônia Domingos considerou como palácio esta igreja, já consagrada como tal, como se vê na transcrição a seguir:

Sónia da Silva referiu que todos os vestígios recolhidos mas (sic) escavações vão ser decisivos para a classificação de Mbanza Congo como uma das mais antigas urbanizações a nível da África subequatorial. ‘Estamos a escavar uma estrutura neste local, chamado em quicongo Tadi (dia) Bukikua (pedra virada), o que para nós pressupõe ser o antigo palácio real ou alguma estrutura adjacente ao antigo palácio, antes da mudança do rei Nvebma Nzinga para a sua residência oficial, onde hoje funciona o Museu dos Antigos Reis do Congo’, frisou. (MAVINGA, 2013).

Apesar do papel de destaque de Domingos na condução das pesquisas, esta sua fala de que as ruínas seriam um antigo palácio não se repete em nenhum outro trabalho de arqueologia até então publicado. O que nos importa é a necessidade de “confirmação” de dados da tradição e da literatura que apontam e valorizam os feitos dos primeiros monarcas cristãos, feitos estes entendidos como sendo o da centralização, construção em pedra, conversão ao cristianismo, todas estas sob a alcunha de “encontro de culturas”.

Esta narrativa que associa construções de pedra aos “encontro de culturas” por parte do projeto é sustentada por um grande volume de trabalhos historiográficos que foram publicados durante as décadas de 80, 90 e 2000. Autores como John Thornton e Linda Heywood, discutiram e reafirmaram, principalmente a partir de fontes históricas dos séculos XVI e XVII, o papel profundo do catolicismo na sociedade bakongo, e suas influências nas américas. O texto que melhor defende, no nosso ponto de vista, é o escrito por Thornton e Heywood, intitulado, *Central Africans, Atlantic Creoles, and the Foundation of the Americas, 1585-1660*, de 2007. Neste livro os autores defendem a existência de uma cultura crioula atlântica, marcada pelo hibridismo entre o cristianismo, a presença europeia e as tradições e culturas centro-africanas. Heywood, em outro texto, relaciona esta identidade a presença marcante do cristianismo em Mbanza Kongo (HEYWOOD, 2014).

Vale ressaltar que tanto John Thornton como Linda Heywood participam como colaboradores do projeto de Mbanza Kongo, tendo visitado a cidade e prestado assessoria ao grupo.

Em julho de 2014 a Professora Heywood e o Professor Thornton viajaram para Angola a convite do Ministério da Cultura de Angola, para auxiliar na montagem do dossiê de Mbanza Kongo, uma cidade antiga no norte de Angola, para o *status* de Patrimônio da Humanidade. Sua visita coincidiu com o trabalho arqueológico que está em andamento desde 2013 na cidade, e suas tarefas eram a de fazer coincidir os registros históricos da cidade com o que os arqueólogos estavam encontrando. [...] Suas tarefas, e aquela dos arqueólogos, era localizar e identificar suas muitas igrejas, palácio real e outros locais de interesse. (FACULTY..., 2014).

E em notícia sobre esta visita, Thornton destacou alguns pontos importantes, sobre a cidade e a tradição. Segue transcrição da notícia que cita sua fala:

O professor de história da Universidade de Bostom, Estados Unidos da América, definiu a tradição oral como o método através do qual o narrador auxilia-se de teorias do seu banco de conhecimentos, diferente do analítico, que trata de reconstruir os factos reais, recorrendo às fontes escritas. Disse, por outro lado, que o reino do Kongo possuía uma diplomacia internacional bastante avançada, em relação a outros países de África. Justificou a sua afirmação com o facto de o Reino do Kongo ter-se inte-

grado no mundo do cristianismo, estabelecendo relações diplomáticas com alguns países europeus. Isso permitiu-lhe utilizar o sistema internacional semelhante ao do velho continente, para vincar os seus interesses. (HISTORIADOR..., 2011).

Sua autoridade científica é colocada em jogo para apoiar e sustentar o projeto de patrimonialização, que segue, em diferentes medidas, posições que eles sustentam, principalmente com relação à valorização do legado cristão na cidade, em forma das ruínas da Sé, que ele também traduz como Kulumbimbi (THORNTON, 2009), mas também através do legado do “encontro de culturas”, em que a diplomacia, as relações mundiais são algo a serem lembradas e valorizadas com papel de destaque. A questão que colocamos aqui não é se as análises históricas dos historiadores estão equivocadas, longe disso. Nossa pretensão é, no entanto, olhar criticamente como os estudos de referência científica sobre a cidade e região estão sendo apropriados para a construção de uma política pública de patrimonialização por um Estado autoritário.

O ex-diretor do Instituto Nacional do Patrimônio Cultural, e atual representante de Angola na UNESCO, Ziva Domingos, foi o único dos membros do projeto a publicar artigos e comunicações sobre o projeto de Mbanza Kongo. Nos seus textos ele explicita os objetivos do projeto (DOMINGOS, 2013, p.267, grifo nosso):

- Realçar o reconhecimento Nacional e Internacional do valor histórico-cultural de Mbanza Kongo, antiga capital do Reino do Kongo;
- Tornar a cidade um pólo turístico;
- Valorizar a área cultural Kongo;
- Tornar Mbanza Kongo como uma sede espiritual do Cristianismo enquanto realidade da matriz e identidade do Povo Angolano em geral e da população Kongo em particular.

Pelo último item percebe-se o interesse intrínseco no regime com as diferentes religiões cristãs da região, em especial, as religiões católica e batista, com forte presença na cidade. Estas buscam se consolidar como vinculadas ao passado cristão da cidade, marcado pela ruína da igreja, mas também pela “memória” da aceitação do cristianismo por parte dos kongo. Não atoa, o bispo católico

da diocese de Mbanza Kongo “[...] considerou importante as escavações, porque ajudam a descobrir o patrimônio da igreja católica no Reino do Congo.” (ARQUEOLOGIA..., 2014). A participação católica é entendida pelo projeto como integração da comunidade. O trabalho arqueológico de escavação é o principal a ser realizado pelo projeto, se juntando a ele a colaboração das autoridades tradicionais. Segundo Ziva Domingos:

As autoridades tradicionais e religiosas, os profissionais e os intelectuais jogam um papel de biblioteca viva. Trazem os seus conhecimentos adicionais sobre a história do reino e sobre os bens patrimoniais existentes e na manutenção dos mesmos. Servem de guias para os peritos fazendo visitar-lhes a Cidade e dando pistas para lugares com o potencial arqueológico. Ainda, animam o sítio organizando cerimoniais tradicionais: o tribunal tradicional e os rituais a volta da árvore sagrada. (DOMINGOS, 2013, p.272).

Há uma forte implicação das comunidades, inclusive, as religiosas, na manutenção dos bens patrimoniais, a exemplo das irmãs religiosas que tomaram para si a tarefa de limpeza do espaço do Palácio Real. (DOMINGOS, 2015, p.59).

As autoridades tradicionais, no entendimento do projeto, são aquelas ligadas diretamente ao Estado, principalmente o Lumbu, ou conselho de anciãos da monarquia Kongo. Estes são “consultados para opinar” sobre o projeto, mas como mostra a narrativa dos autores, eles são colocados em um papel inferior frente ao conhecimento científico obtido pela arqueologia e os estudos dos historiadores.

A tradição existe para servir ao conhecimento científico, e não como uma narrativa paralela ou alternativa. Em afirmações como “animam o sítio” racionaliza-se o espaço, separando a tradição da paisagem, como se a experiência, a vivência, a tradição, fossem adereços menores ao dar significado no vestígio arqueológico.

A narrativa do “encontro das culturas” retira as violências e agressões cometidas durante este período, algo muito bem denunciado pelo MPLA do pós-independência. Esta revisão aparece em destaque nos três principais representantes do Estado na cultura Angolana, o presidente, José Eduardo dos Santos, a ministra da cultura Rosa da Cruz e Silva, e o atual representante de Angola

na UNESCO, Ziva Domingos. Na epígrafe, o presidente do país afirmou o caráter pacífico das relações entre os europeus e o Reino do Kongo, marcado pela igualdade das relações, sendo o símbolo deste encontro a primeira igreja ao sul do Saara, o Kulumbimbi, e as “obras públicas” (progresso trazido pelo conhecimento europeu?).

Selecionamos uma parte do discurso da ministra da cultura de Angola, Rosa Cruz e Silva, que no dia da Cultura Nacional sintetizou a aproximação da narrativa colonial com a do atual Estado Angolano.

[...] facto do nome desta cidade, antiga capital do Reino do Congo voltar a ecoar pelo mundo dada a sua candidatura a património mundial da UNESCO. [...] faz evocar e destacar a História de Angola e do Reino do Congo em particular, pelo contributo cultural que fomos dando ao mundo, e, do mesmo modo, do que dele recebemos numa relação de parceria, e intercâmbio, iniciada no Século XV após as primeiras expedições dos portugueses, pelo que incorporamos e expandimos. Desde o período da implantação do cristianismo e respectiva expansão, a cidade testemunhou a construção de 12 igrejas o que lhe valeu o título de Kongo dya Ngunga, o ensino das letras e da aritmética, foi uma prática regular. Propunham-se os reis do Congo transformar o Congo num estado cristão, pelo que a adopção de determinados aspectos dos valores europeus revelam essa capacidade de receber mas também de dar. (MENDONÇA, 2015, grifo nosso).

O cristianismo e a presença portuguesa representaram a adoção dos valores ocidentais e a internacionalização do Reino do Kongo, a melhoria do reino com a conversão, a construção em pedra, e a parceria com o “mundo”. Que mundo? E melhor, Rosa Cruz e Silva afirma que a adoção de valores europeus se deu em contrapartida destes receber os valores do Reino do Kongo. Quais valores? Qual foi a cooperação? Qual intercâmbio? Quem responde estas perguntas é Ziva Domingos (2015, p.50), que ressalta a importância do encontro de culturas para a valorização da cidade:

Segundo as pesquisas históricas, a capital foi fundada no século XII, e contou com a cooperação da Igreja Católica, conforme verificamos por meio da correspondência trocada entre o reino do Congo e o Vaticano. Há arquivos bastante ricos que falam deste componente religioso. Houve,

também, cooperação política entre os reinos – locais e de Portugal; cooperação econômica proveniente do tráfico escravo; além da cooperação cultural com a Europa e com as Américas.

Se no pós-independência a presença europeia, em especial a Portuguesa, era odiada, aqui ela passa a ser totalmente valorizada como um ponto de singularidade. A valorização se dá pelo estabelecimento das cooperações, e o autor coloca o cruel tráfico de escravos na categoria de cooperação. Segundo o dicionário Michaelis, o verbete significa: “*sf* (*cooperar*+*ção*) 1 Ato de cooperar; colaboração; prestação de auxílio para um fim comum; solidariedade.” (COOPERAÇÃO, 2016), ou seja, terá sido o tráfico de escravos uma prestação de auxílio? Um ato de solidariedade? Será que em nome da valorização do “encontro de culturas” o governo do MPLA defende que a cidade de Mbanza Kongo significa o trunfo da diplomacia, da adoção da religião católica e dos valores ocidentais em troca da venda de milhões de pessoas forçadamente? Pensamos que sim. Podemos ver que neste caso, a velha frase de Marx sobre a repetição da história apontada por Hegel, presente na abertura do 18 de Brumário de Louis Bonaparte, em que a História primeiro é encenada como tragédia e a segunda como farsa, situa a narrativa atual do MPLA sobre a narrativa histórica de Mbanza Kongo.

É sabido que muitas das políticas de patrimônio em África, como apontam Rowlands e Jong (2007), são utilizadas pelos Estados para criarem narrativas oficiais, valorizando aspectos nacionalistas e perpetuando situações coloniais. Um exemplo bastante conhecido é com relação aos lugares relacionados ao tráfico de escravizados em Gana. Decretados como patrimônio da humanidade em 1979, os antigos entrepostos europeus na costa passaram por projetos de “[...] redescoberta da história da escravidão como um nicho de mercado para promover a crescente indústria turística.” (SCHRAMM, 2007, p.72), principalmente voltada aos negros norte-americanos, convidados a fazer uma “peregrinação” nos locais de “origem”, um reencontro aos “antepassados”. Pensando e gerido a partir do Estado, os projetos ligados ao turismo possuem um caráter de celebração da presença da diáspora, vista como financiadora de projetos e recursos ao Estado Ganês. Toda a narrativa do patrimônio visa o turista da diáspora, ignorando toda as histórias de escravização internas e conflitos. Neste contexto, acreditamos

que o Estado de Angola perpetua as mesmas injustiças já observadas em outros países africanos.

Consideramos a visita do Papa a Mbanza Kongo e reorientação da narrativa histórica sobre a cidade com o discurso papal um momento de articulação profundo e duradouro entre diversos segmentos da elite estatal, da Igreja Católica e, mesmo que de forma indireta, cientistas sociais, com o objetivo claro de valorizar o passado cristão da cidade. Durante todo o processo de confecção da narrativa sobre o patrimônio da cidade, optou-se pelo “encontro de culturas” como singularidade da cidade frente o restante da região, uma mudança clara na reorientação identitária do Estado angolano sobre o seu passado.

Angola busca se inserir, desta forma, dentro de uma lógica da repaginação de ideias colonialistas, com vistas a se integrar em um projeto mundial que atua como legitimador destas políticas, e que possui inúmeras implicações para quem não se enquadra a estas narrativas. Ou seja, a narrativa do projeto de patrimonialização de Mbanza Kongo para o atual MPLA é o do encontro colonial, em que a valorização se dá pela aceitação e adoção dos valores ocidentais. Nela, Mbanza Kongo é o local da paz, da harmonia, da diplomacia. Um encontro onde a violência da escravidão, tão apontada pelo MPLA do pós-independência, não existe. Em vez disso, há nessa história o legado do Reino do Kongo no mundo, uma relação de cooperação, ou seja, solidariedade e parceria do Reino com o mundo.

O problema do argumento para o tombamento de Mbanza Kongo, como um lugar colonial, atlântico e católico, não é ele em si, no sentido de que ele esteja equivocado em uma perspectiva histórica. É evidente que a cidade de Mbanza Kongo teve um papel crucial dentro do mundo atlântico, tanto como entreposto principal de pessoas escravizadas para o comércio para as Américas como lugar de criação de uma nova sociedade crioula, um hibridismo entre o catolicismo e as religiões tradicionais, isso está fora de questão. A questão é que a narrativa do “encontro de culturas” tende a valorizar e a sobrevalorizar um passado católico, cristão, que, no atual contexto político das populações kongo não é bem aceito, porque traz à memória a brutalidade do colonialismo, ou até diverge da própria concepção cosmológica da cidade na sociedade (MÁXIMO, 2017, para diferentes narrativas atuais sobre a cidade e seu legado arqueológico).

Existe um forte movimento entre muitos grupos tradicionalistas na cidade, sentido de recusar a origem católica do lugar Kulumbimbi. Eles entendem que o lugar é ancestral, ligado à origem do próprio povo kongo. Alguns grupos vivenciam as ruínas como sendo um legado kongo que não tem ligação alguma com qualquer igreja ou a presença portuguesa. Outros, por sua vez, afirmam que

a presença das ruínas demonstra uma profunda presença colonial, uma tentativa por parte dos colonialistas antigos (e atuais) de tentarem usurpar o poder do lugar, de sua sacralidade kongo.

Por exemplo, a Igreja Kimbanguista, com milhões de fiéis em toda a zona kongo, interpreta o Kulumbimbi como sendo um lugar misterioso, relacionado com cemitério dos reis e a profetiza Kimpa Vita, de acordo com publicação (MAKANANU, 2012, p.2):

Em resumo, uma construção misteriosa cercada de segredos e que apareceu do dia para a noite sem participação humana. [...] Nkulumbimbi então, é a Catedral ante a qual foi morta a profetiza Kimpa Vita. Lugar sagrado onde os Mani-Kongo foram enterrados.

Figura 4 – Nkulumbimbi “Torre de Babel”. Lugar misterioso de onde partirá a luz que vai iluminar o mundo



Fonte: Makananu (2012).

Outro grupo com bastante expressão cultural na região é o Bundu dia Kongo. Seu chefe espiritual, Ne Muanda Nsemi (2012, p.2), em publicação explica o que é o Kulumbimbi: “KULU MBIMBI é o nome deste Parque antigo, onde enterraram os corpos dos Antigos Reis de Mbanza Kongo. O Regime Colonial Português destruiu e roubou o antigo Cemitério de Kulu Mbimbi.”

Estes dois exemplos representam milhões de pessoas, e ainda existem muitas outras correntes que refutam a natureza colonial do lugar (MÁXIMO, 2017). Não é somente inserindo a cidade de Mbanza Kongo no mundo atlântico, que o projeto de patrimônio vai conseguir atingir a população. O próprio nome e mote do projeto, ao nosso entender, são equivocados. Ao intitular “Cidade

a desenterrar para preservar”, a orientação do projeto se volta para o que está enterrado, colocando de lado a necessidade de preservar e valorizar o que não está enterrado, ou seja, a tradição, a paisagem de Mbanza Kongo e lugares icônicos da cidade. Desconsideram também que o próprio ato de desenterrar pode ser ofensivo e intimidador para a população, confundido com uma atitude de roubo do sagrado, do segredo ancestral.

THE COLONIALISTS ROOTS OF THE MBANZA KONGO WORLD HERITAGE PROJECT

ABSTRACT: *This article seeks to analyze the narrative by the Angolan government about the archaeological heritage of Mbanza Kongo, from independence in 1975 until the current project to make the city a UNESCO World Heritage Site. In the post-independence period, the narrative on the city of Mbanza Kongo and the Kingdom of the Kongo, at first, sought to counteract the colonial narrative and disqualify other traditional kongo narratives about the importance of the tradition, classifying them as outdated and allied with colonialism. In the mid-1980s, to this day, there was a radical change in the government's narrative about the city of Mbanza Kongo, which became valued by the contact with Europeans, and with them the incorporation of education, catholicism and of buildings and so on. It is this narrative, which rescue the colonial narrative, the one sustained in the current project of making the city a UNESCO world heritage site.*

KEYWORDS: *Mbanza Kongo – Angola. World Heritage. Archaeology of Africa.*

REFERÊNCIAS

ABRANCHES, H. **Identidade e património cultural**. Porto: Edições ASA, 1983.

ABRANCHES, H. **Sobre culturas regionais angolanas**. Luanda: União dos Escritores Angolanos, 1979.

ABRANCHES, H. **Sobre o feiticismo**. [Luanda?]: Instituto Angolano do Livro, 1978.

ARQUEOLOGIA revela segredos do antigo Reino do Congo. **Jornal Noticias (Moçambique)**, 13 fev. 2014. Disponível em: <<https://web.archive.org/web/201610>

21011830/http://www.jornalnoticias.co.mz/index.php/recreio-e-divulgacao/10875-arqueologia-revela-segredos-do-antigo-reino-do-congo.html>. Acesso em: 20 out. 2016.

ARROJA JÚNIOR, J. P. **Plano de zonas de ocupação imediata de S. Salvador**. 1973. Relatório presente no Arquivo Histórico Ultramarina (AHU), na Sessão do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, pasta 1520.

BATALHA, F. **Povoações históricas de Angola**. Lisboa: Livros Horizonte, 2008.

CARDOSO, B. Especialistas «desenterram» Mbanza Kongo para inscrevê-la no património Mundial. **Portal Angonotícias**, Mbanza Kongo, 19 set. 2007. Disponível em: <<https://web.archive.org/web/20161021003439/http://www.angonoticias.com/Artigos/item/15363/especialistas-desenterram-mbanza-kongo-para-inscreve-la-no-patrimonio-mundial>>. Acesso em: 20 out. 2016.

CARLOS, J. Angola: apoio de peso para candidatura de Mbanza Congo a Patrimônio da Humanidade. **DW**, Lisboa, dez. 2014. Disponível em: <<http://www.dw.com/pt-002/angola-apoio-de-peso-para-candidatura-de-mbanza-congo-a-patrim%C3%B3nio-da-humanidade/a-18092075>>. Acesso em: 26 abr. 2018.

CENTRO DE ESTUDOS ANGOLANOS. **Historia de Angola**. Porto: Afrontamento, 1975.

COOPERAÇÃO. **Michaelis Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa**. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/coopera%C3%A7%C3%A3o/>> Acesso em: 25 jul. 2016.

DOMINGOS, Z. Angola. In: PRATES, A.; SANTOS, H. M. dos. **Encontro Centro Lucio Costa (CLC), African World Heritage Fund (AWHF) e países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP)**. Rio de Janeiro: Iphan/DAF/Centro Lucio Costa, 2015. p.47-60.

DOMINGOS, Z. Preservação e valorização do património arqueológico angolano no contexto nacional e mundial: caso do sítio de Mbanza Kongo. **Revista Tecnologia e Ambiente**, Criciúma, v.19, n.1, p.262-275, 2013.

ESTEVES, E. Mbanza Kongo, Ville Archeologique. **Nsi**, [S.l.], n.6, p.159-164, 1989.

FACULTY in the news. **African American Studies**. Boston, jul. 2014. Disponível em: <<http://www.bu.edu/afam/news/faculty-in-the-news/>> Acesso em: 07 ago. 2016.

FRANCISCO, N. Mbanza Kongo celebra o dia do nkulumbimbi. **O apostolado**, jul. 2015. Disponível em: <<http://apostoladoangola.org/mbanza-kongo-celebra-o-dia-do-nkulumbimbi/>>. Acesso em: 25 abr. 2018.

HEYWOOD, L. M.; THORNTON, J. K. **Central africans, atlantic creoles, and the foundation of the Americas, 1585-1660**. New York: Cambridge University Press, 2007.

HEYWOOD, L. M. Mbanza Kongo/São Salvador: culture and the transformation of an African City, 1491 to 1670s. In: AKYEAMPONG, E. et al. **Africa's development in historical perspective**. Cambridge: Cambridge University Press, 2014. p.366-392.

HISTORIADOR americano considera difícil desligar tradição oral da escrita no Reino do Kongo. **Agência Angola Press**, Mbanza Kongo, 26 jul. 2011. Disponível em: <goo.gl/vMtUuo>. Acesso em: 20 out. 2016.

MÁXIMO. B. **Um lugar entre dois mundos**: paisagens de Mbanza Kongo. 2017. 312f. Dissertação (Mestrado) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

MÁXIMO. B. **Uma história da arqueologia na África**: peculiaridades, conflitos e desafios da disciplina em Angola. 2013. 93f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, Campinas, 2013.

MAKANANU, J. L. Nkulumbimbi: “la Tour de Babel”. **Mpata Ntatu**, [S.l.], n.17, p.2-10, abr. 2012.

MAVINGA, J. Descoberto palácio dos reis do Congo. **Jornal de Angola**, Mbanza Congo, 29 out. 2013. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20131105163805/http://jornaldeangola.sapo.ao/reportagem/descoberto_palacio_dos_reis_do_congo>. Acesso em: 20 out. 2016.

MENDONÇA, J. L. Mbanza Congo mais próxima do património mundial da UNESCO. **Portal de Angola**, 17 fev. 2015. Disponível em: <<https://www.portaldeangola.com/2015/02/mbanza-congo-mais-proxima-do-patrimonio-mundial-da-unesco/>>. Acesso em: 20 out. 2016.

NSEMI, N. M. Qu'est-ce que c'est Kulu Mbimbi. **Kongo Dieto**, [S.l.], v.788, p.2, 2012.

PALAVRA, M. Desenterrar para preservar. [Entrevista com a arqueóloga Sônia Domingos]. **Revista Macau**, 06 maio 2011. Disponível em: <<http://www.revista-macau.com/2011/06/05/desenterrar-para-preservar/>>. Acesso em: 20 out. 2016.

PAULO II, J. Apelo do Santo Padre por ocasião da celebração da palavra na esplanada da catedral de m'banza congo. **Vaticano**, Mbanza Kongo, 08 jun. 1992. Disponível em: <https://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/speeches/1992/june/documents/hf_jp-ii_spe_19920608_mbanza-congo-appello.html>. Acesso em: 20 out. 2016.

PEPETELA. **A revolta da casa dos ídolos**: peça em 3 actos. Lisboa: Edições 70, 1980.

ROWLANDS, M.; JONG, F. de. Reconsidering heritage and memory. In: ROWLANDS, M.; JONG, F. de. **Reclaiming heritage**: alternative imaginaries of memory in West Africa. Walnut Creek: Left Coast, 2007. p.1-19.

RUINS of Mbanza Kongo. Angola: Instituto Nacional do Patrimônio Cultural de Angola, 1996. Disponível em: <<https://web.archive.org/web/20160410065927/http://whc.unesco.org/en/tentativelists/920>>. Acesso em: 10 abr. 2016.

SANTOS, J. E. dos. Discurso do camarada presidente José Eduardo dos Santos, na campanha eleitoral às eleições gerais de 2012. **MPLA**, Mbanza Kongo, 21 ago. 2012. Disponível em: <<https://web.archive.org/web/20150410000528/http://www.mpla.ao/mpla.6/discursos.15/jes-mpla-vai-continuar-a-renovar-a-sua-forma-de-governar.a423.html>>. Acesso em: 20 out. 2016.

SCHRAMM, K. Slave route projects: tracing the heritage of slavery in Ghana. In: ROWLANDS, M.; JONG, F. de. **Reclaiming heritage**: alternative imaginaries of memory in West Africa. Walnut Creek: Left Coast, 2007. p.71-98.

SOUINDOULA, S. Comunicado final da mesa redonda Internacional sobre Mbanza Kongo. **H-net Online**, 21 set. 2007. Disponível em <<http://h-net.msu.edu/cgi-bin/logbrowse.pl?trx=vx&list=h-luso-africa&month=0710&msg=hVRzzGbWPEl3q4x1kciy2A>>. Acesso em: 20 out. 2016.

TABLE Ronde Internationale sur l'Aire Culture Kongo/Teke, **Nsi**, Luanda, n.4, p.42-44, Nov. 1988.

THORNTON, John. Mbanza Kongo. In: APPIAH, A., & GATES, H. L. **Africana**: the encyclopedia of the African and African American experience. New York: Basic Civitas Books, 2009. p.776.

Recebido em 15 de outubro de 2017

Aprovado em 17 de janeiro de 2018